

GUAPIMIRIM-RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM- RIO DE JANEIRO

PROFESSOR II



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL Nº 01/2026, DE
20/07/2026**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Guapimirim - RJ

Professor II

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Tipologia e gêneros textuais.....	6
Ortografia oficial	14
Acentuação gráfica.....	22
Emprego das classes de palavras.....	24
Concordância verbal e nominal.....	36
Regência verbal e nominal	42
Crase	49
Colocação pronominal.....	53
Pontuação	56
Sintaxe da oração e do período	60
Coesão e coerência textual	66
Semântica: sinonímia, antonímia, polissemia e sentido das palavras no contexto.....	71
Variação linguística e adequação da linguagem	75
Reescrita e correção gramatical de frases e textos	77
QUESTÕES.....	79
Gabarito.....	91

INFORMÁTICA BÁSICA

Conceitos básicos de informática: hardware, software e periféricos.....	1
Sistemas operacionais Windows e Linux: ambiente de trabalho, gerenciamento de arquivos e pastas e principais funcionalidades	7
Pacote Microsoft Office e LibreOffice: edição de textos, planilhas eletrônicas e apresentações	24
Internet, intranet e ferramentas de navegação.....	40
Correio eletrônico	45

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ferramentas de produtividade e colaboração (Google Workspace, Microsoft Teams, Zoom e WhatsApp Web). comunicação digital.....	51
Armazenamento de dados em nuvem (cloud storage).....	54
Segurança da informação: procedimentos de segurança da informação digital e proteção de dados.....	56
Noções de redes de computadores (compartilhamento de arquivos e impressoras; noções gerais de endereçamento IP; distinção entre internet e intranet). Compartilhamento de arquivos e impressoras em rede.....	62
QUESTÕES.....	72
GABARITO	81

CONHECIMENTOS GERAIS

Temas relevantes e acontecimentos atuais de interesse municipal, regional, nacional e internacional relacionados à política, economia, sociedade, cidadania, educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, ciência, tecnologia, inovação, segurança, cultura, artes e literatura.....	1
Aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais do Município de Guapimirim, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil	83
Questões	110
Gabarito.....	116

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E EM LEGISLAÇÃO APLICADA

Constituição Federal de 1988 - Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto – Seção I – Da Educação – arts. 205 a 214.....	1
Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)...	6
Educação inclusiva, diversidade cultural e direitos humanos	39
Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	44
Questões	113
Gabarito.....	120

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Educação, Escola e Aprendizagem; Educação, cidadania e inclusão	1
Função social da escola	7

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Desenvolvimento infantil e processos de aprendizagem	8
Relação entre escola, família e comunidade.....	18
Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	28
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Princípios, fundamentos e estrutura	93
Competências gerais da Educação Básica	94
Direitos de aprendizagem e desenvolvimento.....	99
Educação Infantil: direitos de aprendizagem e campos de experiências.....	108
Ensino Fundamental: competências, habilidades e áreas do conhecimento.....	113
Desenvolvimento integral do estudante	118
Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.....	123
Organização do trabalho pedagógico.....	128
Interações e brincadeiras	135
Alfabetização e letramento	137
Alfabetização matemática	139
Leitura, escrita, oralidade e resolução de problemas.....	144
Avaliação da aprendizagem	146
Planejamento e Práticas Pedagógicas.....	152
Projeto Político-Pedagógico (PPP).....	158
Planejamento educacional e plano de aula; Metodologias ativas; Projetos e sequências didáticas	165
Interdisciplinaridade.....	176
Recursos didáticos e tecnológicos	182
Inclusão, Diversidade e Convivência Escolar; Educação inclusiva; Diversidade cultural e social	186
Acessibilidade e adaptações pedagógicas	197
Cultura de paz: Convivência escolar e mediação de conflitos	201
Tecnologias na Educação: Tecnologias da informação e comunicação aplicadas à educação; Recursos educacionais digitais; Ferramentas tecnológicas de apoio ao ensino e à aprendizagem	206
Questões	219
Gabarito.....	226

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Administração Pública (arts. 37 a 43); Princípios constitucionais da Administração Pública	1
Servidores públicos: ingresso, direitos, deveres, responsabilidades e regime jurídico dos agentes públicos.....	12

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Responsabilidade civil da Administração Pública.....	64
Lei Orgânica do Município de Guapimirim, de 30 de junho de 1993, e suas emendas	68
Lei Complementar Municipal nº 003/2004 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Guapimirim) e alterações	125
Legislação municipal da área de Educação: Lei Municipal nº 132/1996, alterada pela Lei nº 1.749/2025 – Fórum dos Conselhos Escolares	161
Lei Municipal nº 171/1997 – criação do Conselho Municipal de Educação (CME).....	165
Lei Municipal nº 395/2002 – alterações na estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Educação	167
Lei Municipal nº 649/2009 – Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.	168
Lei Municipal nº 798/2013 – alterações no Plano de Carreira do Magistério.....	173
Lei Municipal nº 1.660/2024 – dispõe sobre a Gestão Democrática da Educação Pública no Município de Guapimirim, alterada pela Lei Municipal nº1.772/2025.....	174
Lei Municipal nº 1.833/2026 – institui a Política Municipal de Educação.	188
Questões	203
GABARITO	209

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização



MUNDO

O CHOQUE DOS TITÃS: TRUMP VERSUS MUSK E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A GEOPOLÍTICA E A ECONOMIA GLOBAL

- A recente efervescência na relação entre Donald Trump e Elon Musk transcende uma mera disputa pessoal, revelando-se um episódio marcante com profundas implicações geográficas, históricas e geopolíticas.
- O embate, iniciado pela crítica de Musk a um projeto de lei republicano que visava eliminar subsídios a veículos elétricos, escalou rapidamente, com Trump ameaçando cortar contratos federais bilionários com empresas como Tesla, SpaceX e Starlink.
- A resposta de Musk foi igualmente contundente, sugerindo uma ligação de Trump com Jeffrey Epstein e chegando a pedir seu impeachment.

► Um olhar histórico: precedentes e rupturas

- Historicamente, a relação entre o governo e grandes corporações nos Estados Unidos sempre foi complexa e, muitas vezes, ambivalente. Desde os “barões ladrões” do século XIX, que acumularam vastas fortunas e influência, até as gigantes de tecnologia da atualidade, a dinâmica de poder oscilou entre a colaboração e o confronto.
- O que torna o embate Trump-Musk particularmente notável é o rompimento de uma aliança tácita entre duas figuras de imenso poder e visibilidade.
- Anteriormente, Musk, embora excêntrico, era visto com certa simpatia por setores conservadores, especialmente por suas críticas à regulação excessiva e seu foco em inovação.
- A virada demonstra a fragilidade das alianças políticas e a disposição de Trump em utilizar o peso do governo para retaliar oponentes, mesmo que estes sejam peças-chave da economia americana.
- O pedido de impeachment por parte de Musk, bem como a insinuação de envolvimento com Jeffrey Epstein, também evoca um passado de escândalos políticos e figuras controversas na história americana. A sombra de Epstein, com sua rede de contatos influentes e acusações de tráfico sexual, adiciona uma camada sombria e explosiva a esta já volátil disputa.

► A perspectiva geográfica: o Vale do Silício e Washington em colisão

- Geograficamente, o conflito acentua a tensão crescente entre Washington D.C. e o Vale do Silício. Tradicionalmente, o centro político dos EUA e o polo de inovação tecnológica operam em esferas distintas, embora interdependentes.
- O Vale do Silício, com seu espírito de disrupção e busca por autonomia, frequentemente colide com a burocracia e as regulamentações governamentais.
- A ameaça de Trump de cortar contratos federais atinge o coração das operações de empresas como SpaceX e Starlink, que dependem fortemente de acordos governamentais para seus projetos espaciais e de conectividade.
- A Starlink, por exemplo, tem sido crucial na provisão de internet em áreas remotas e zonas de conflito, como na Ucrânia, demonstrando a intersecção entre tecnologia e geopolítica. A possibilidade de interrupção desses serviços não é apenas uma questão econômica para Musk, mas pode ter ramificações significativas para a infraestrutura digital e a segurança global.
- A mobilidade elétrica, impulsionada pela Tesla, também é um componente chave na transição energética global, e a retirada de subsídios pode impactar a velocidade e a escala dessa transição nos EUA.



CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;



EDUCAÇÃO, CIDADANIA E FORMAÇÃO HUMANA

► A educação como processo social e cultural

A educação é um processo contínuo de formação humana que ocorre nas relações familiares, comunitárias, institucionais e profissionais. Ela envolve a transmissão, a reconstrução e a criação de conhecimentos, valores, linguagens, práticas e formas de participação social. Seu alcance não se limita ao domínio de conteúdos escolares, pois inclui o desenvolvimento da capacidade de interpretar a realidade, conviver com diferenças, tomar decisões responsáveis e participar da vida coletiva.

Toda prática educativa está vinculada a determinado contexto histórico e cultural. As sociedades selecionam conhecimentos considerados relevantes, definem modos de ensinar e estabelecem expectativas sobre os sujeitos que pretendem formar. Essa seleção nunca é neutra: ela expressa concepções de ser humano, de sociedade, de trabalho, de justiça e de convivência. Uma educação comprometida com a dignidade humana procura ampliar as possibilidades de participação, reduzir desigualdades e assegurar que diferentes grupos tenham acesso efetivo aos bens culturais produzidos socialmente.

A formação humana pressupõe articulação entre dimensões intelectuais, afetivas, éticas, corporais e sociais. O desenvolvimento do raciocínio e da linguagem precisa ocorrer em diálogo com a construção da autonomia, da responsabilidade e da sensibilidade diante das necessidades alheias. A aprendizagem de conceitos ganha profundidade quando o sujeito consegue relacioná-los a situações concretas, analisar consequências e reconhecer os efeitos de suas escolhas sobre outras pessoas e sobre o ambiente em que vive.

► Cidadania, direitos e participação social

A cidadania corresponde à condição de pertencimento a uma comunidade política e ao exercício de direitos e deveres. Ela envolve direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais, além da possibilidade de participar das decisões que afetam a vida coletiva. No campo educacional, a cidadania não pode ser reduzida à transmissão de normas de comportamento. Ela exige experiências concretas de diálogo, escuta, cooperação, respeito às diferenças e participação responsável.

A escola contribui para a formação cidadã quando organiza relações baseadas em critérios públicos, transparentes e não discriminatórios. A convivência cotidiana permite compreender que direitos individuais coexistem com responsabilidades coletivas. O direito de expressão, por exemplo, está associado ao dever de respeitar a integridade e a dignidade das demais pessoas. A participação em decisões escolares, por sua vez, requer acesso à informação, possibilidade de argumentação e disposição para considerar posições divergentes.

Alguns elementos estruturam a relação entre educação e cidadania:

- Conhecimento dos direitos e das responsabilidades presentes na vida social.
- Capacidade de analisar criticamente informações, discursos e práticas institucionais.
- Participação em processos de decisão por meio do diálogo e da argumentação.
- Reconhecimento da diversidade humana como característica constitutiva da sociedade.
- Compromisso com a prevenção de discriminações, violências e exclusões.

A formação cidadã também depende do desenvolvimento da consciência de que os direitos precisam ser efetivados em condições concretas. A existência formal de uma garantia não assegura, por si só, que todas as pessoas consigam usufruí-la. Barreiras econômicas, territoriais, comunicacionais, arquitetônicas, culturais e atitudinais podem impedir o acesso a serviços e oportunidades. A educação voltada para a cidadania identifica essas barreiras, problematiza suas causas e favorece a construção de respostas coletivas.



DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

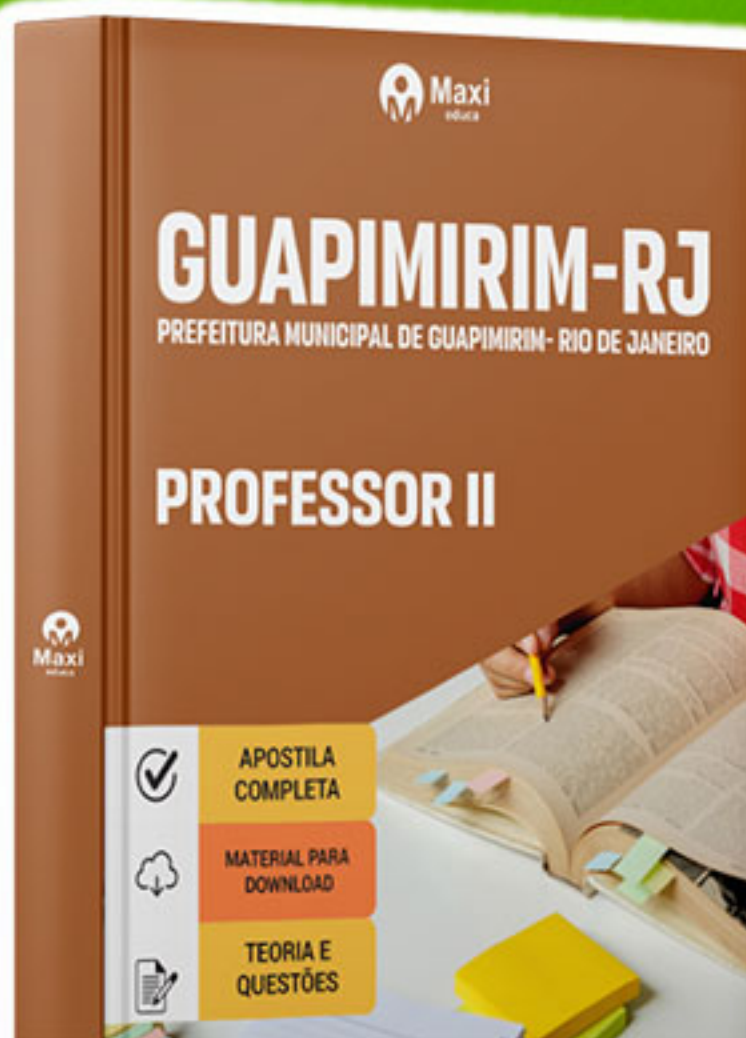
Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!